

UM DEBATE COM RICHARD GRAHAM OU “COM ESTADO MAS SEM NAÇÃO: O MODELO IMPERIAL BRASILEIRO DE FAZER POLÍTICA”

Lília K. Moritz Schwarcz*

INTRODUÇÃO

Auguste de Saint- Hilaire, viajante francês que passou por terras brasileiras na primeira metade do século XIX, resumia de maneira inesperada a impressão que deixava esse imenso Império incrustado bem no meio da América: “Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”. O estrangeiro notava, com seu olhar distanciado, uma característica clara, desde os primeiros momentos da história brasileira; qual seja uma realidade que se demonstrava por meio de decretos, alvarás e ordens régias. “Estado sem ser nação”, no Brasil evidenciava-se uma estrutura que delimitava uma estrita distinção entre instituições representativas e seus cidadãos e relegava o exercício político a uma esfera externa e distante. Esse não é, por certo, um depoimento isolado. Gustave Aimard, anos mais tarde, em 1892 afirmava “no Brasil não há um povo”. Alberto Torres, em 1902, reclamava: “este Estado não é uma nacionalidade, esse país não é uma sociedade, essa gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.”

Não é o caso de multiplicar os exemplos. O que mais importa é destacar como no Brasil o tema da nacionalidade parece estar sempre em questão e, com ele a noção de identidade e a própria delimitação da cidadania. Claro está que a identidade, em seu sentido mais óbvio, é um pressuposto; não é dado puro, sendo sempre uma construção. Mas não pretendo entrar nessa seara escorregadia; meu intuito, aqui, é outro. É fato que a memória oficial nacional seleciona determinados momentos, prontamente transformados em símbolos diletos da nacionalidade: 1822 (com a

* Lília Moritz Schwarcz é professora livre-docente no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). É autora, entre outros, de *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo de finais do século XIX* (1987), *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX* (1993) e *As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998). Em 1997 organizou os livros *Raça e diversidade* com Renato Queiroz, e *Negras Imagens*, com Letícia Vidor Reis (Edusp). Organizou, também, o volume 4 da História da Vida Privada no Brasil (1998).

Independência), em 1888 e 1889 (com a Abolição e a República), 1930 com o Estado Novo. No entanto, é possível arriscar e dizer que o contexto em que o tema da identidade se associou de forma mais imediata às práticas de Estado tenha sido durante o Império, e mais particularmente no decorrer do Segundo Reinado, quando investiu-se de forma pesada na recuperação e idealização de um ideário nacional e na conformação de um imaginário que colava o rei à imagem do Estado e afastava a população do fórum de decisões. A própria construção do Estado centrava-se na figura do monarca, a exemplo da “maioridade” que, a partir de um golpe conservador, em 1840, colocava um monarca governante de 14 anos, que impediria com sua presença o desmembramento nacional.

É, de alguma maneira, esse o debate que toma para si o historiador Richard Graham, quando se pergunta sobre as especificidades do processo brasileiro, sobretudo quando contrastado com a experiência de desmembramento vivenciada pelas demais colônias latino americanas. Após ter feito um amplo e competente balanço sobre a bibliografia a respeito do tema – que oscilou em encontrar uma Nação mesmo antes do aparecimento formal do Estado, ou então optou por apontar para a ausência da Nação logo após a emancipação de 1822 -- Graham posiciona-se em relação ao debate, apostando em fórmulas paralelas. De um lado, a figura do rei como centro e símbolo do Estado; de outro as clientelas e poderes paralelos que reafirmavam a corte, mesmo quando faziam o oposto.

Por certo não é o caso de reproduzir os competentes argumentos do historiador, mesmo porque o ensaio diz – e muito bem – por si só. Resta, portanto, tomar parte da “contenda” e, com o melhor dos sentidos, provocar.

No livro, *As barbas de Imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos* (1998), procurei articular argumentos, no sentido de entender a relevância do teatro da corte, na afirmação política do Segundo Reinado. Na verdade, por meio da análise do processo político, mas também daquilo que chamei de “dimensão simbólica do poder político”, inscrita nos rituais, na arquitetura, na armadura nobiliárquica, nas festas e na iconografia oficial, procurei entender a particularidade do processo de emancipação nacional, marcado pelas vicissitudes da afirmação de uma monarquia nos trópicos, que reiterava a representação do rei como expressão integral do poder.

O Império oscilava, no entanto, entre dois grandes pêndulos: de um lado a representação alterativa de uma realeza civilizada, iluminada por sua origem Bragança, Bourbon e Habsburgo; de outro, a relevância econômica do tráfico de escravos e desse tipo de mão de obra que se espalhava por todo o território. Enredado por essa contradição fundante, o Império foi pródigo na criação de práticas e discursos que primaram por criar um tipo de memória

mas, paradoxalmente, obscureceram o trabalho cativo ao mesmo tempo em que naturalizaram a política, como o local de exercício de poucos.

Com efeito, na ótica da corte o mundo escravo deveria ser transparente e silencioso. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte -- orgulhosa com seus costumes a partir dos anos 1850 cada vez mais europeus -- e a alta densidade de escravos é flagrante. Longe das luxuosas cortes européias, a capital da monarquia brasileira em 1938 possuía cerca de 37 mil escravos, numa população total de 97 mil habitantes, e em 1849 em uma população de 206 mil pessoas, 79 mil cativos. Além disso, 75% dos escravos eram, em média, africanos (Reis, 1996, p. 24), dado que sinaliza a importância da população de cor na cidade do Rio de Janeiro. Os cativos chegavam a representar de metade a dois quintos do total de habitantes da corte no decurso do século XIX. A corte reunia em 1851, por exemplo, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o final do Império romano: 110.000 escravos sobre 266.000 habitantes.¹ Tal volume de cativos levava a uma divisão fundamental: de um lado a rua do Ouvidor com seus hábitos requintados; de outro, uma cidade quase negra. Eduardo Silva (1993, p. 103), descreve, como bem nas cercanias do Paço existia o “reino do Obá” composto por africanos, crioulos e raças mistas, que podiam ser escravos, libertos ou homens livres de cor. Conhecida como “pequena África” essa região, segundo o censo de 1849, apresentava número revelador: de cada três habitantes um era africano.² Entranhado não só no município neutro do Império como em todo o território nacional o escravismo brasileiro era uma ameaça constante à estabilidade da monarquia e contrastava com a imagem oficial desse reinado americano.

Mas não era apenas a escravidão que ofuscava os projetos civilizatórios do Império. Não se pode esquecer o caráter isolado da corte e dos poucos centros urbanos. Na verdade, o peso da população rural era enorme quando contrastado à urbana. A população das capitais do Império representava 8,49% da população total em 1823, 10,41% em 1872 e 9,54% em 1890³. Para completar o quadro, mais ou menos 50% dessa população concentrava-se em apenas três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife: 59% em 1832, 48% em 1872; 58% em 1890 (Carvalho, 1996, p. 84). Percebe-se,

¹ Almanak Laemmert (p. 231-40),

² Segundo Alencastro (1997) outras cidades brasileiras tinham proporção ainda maior de cativos. Esse é o caso de Niterói (onde em 1833 quatro quintos da população era escrava), de Campos (59% eram cativos) e de Salvador, que apresentava uma população de menor porte: cerca de 81.000 habitantes em 1855.

³ A população total dessas capitais para esses anos era 354.396; 1.083.039; 1.398.097. (Carvalho, 1996:104)

portanto, ao mesmo tempo a importância da corte como centro irradiador, mas também seu caráter de exceção.

Além disso, as relações entre Brasil e África -- oficiais ou não --, caracterizaram-se, desde os tempos coloniais, por uma troca mais alargada do que se pode, à primeira vista, imaginar. Partes opostas do mesmo comércio negreiro de seres humanos, entre os dois continentes desenvolveram-se relações que excederam o aspecto exclusivamente econômico. Na verdade, as trocas deram-se nas duas direções e não é a toa que foram dois reis africanos -- Obá Osemwede, do Benim, e Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos -- os primeiros a reconhecer a independência do Brasil (Costa e Silva, 1994, p. 197).

Esse cenário diz respeito, em seu conjunto, a uma "monarquia tropical", tão estranha ao contexto americano, quanto exótica diante dos exemplos europeus. Sobretudo no interior do continente americano, o Brasil era visto com desconfiança pelas demais repúblicas que pouco entendiam a opção pelo regime monárquico e, ainda mais, sua continuidade. Mesmo levando em conta o acalentado sonho de Bolívar⁴, ou mesmo o frágil império haitiano de Dessalines, que durou de 1804 a 1806, para não falar da dramática e breve experiência do arquiduque austríaco Maximiliano (primo de D. Pedro II, fuzilado em junho de 1867⁵), o fato é que, como afirma Francisco Iglésias, todas as demais experiências monárquicas em território americano tem caráter "quase tribal e anedótico, quando não são farsas trágicas como no caso mexicano" (1993, p. 121). A partir da doutrina Monroe (1823), a imagem do regime monárquico ficou associada a países europeus, ao passo que aumentou a ingerência norte-americana no sentido de coibir o surgimento de realezas nas Américas⁶. Mesmo que se tente uma história do "se", como arrisca Gaham para o caso mexicano, o fato é que a monarquia brasileira surgia como uma experiência não só isolada, como também bastante estabilizada.

⁴ Segundo Iglésias, Bolívar, francamente republicano a princípio, adota aos poucos certas medidas monárquicas. Esse é o caso da Constituição proposta para a Bolívia, em maio de 1862, na qual defendia-se uma continuidade no poder, quase hereditária. (1993:119).

⁵ Com o apoio de Napoleão III os conservadores implantaram a monarquia no México em 1864. Napoleão III retirou porém suas tropas em 1866, inviabilizando o regime e levando à ascensão de Juárez, líder das forças liberais.

⁶ Apesar de não se conhecerem histórias de represálias ao regime brasileiro, ao menos no que tange ao processo de abertura de relações diplomáticas, o reconhecimento da independência brasileira, pelos Estados Unidos da América, foi mais moroso. Enquanto o reconhecimento das demais nações latino americanas foi quase imediato, no caso do Brasil a oficialização tardou um ano.

Cercado de repúblicas por todos os lados, o modelo monárquico brasileiro contava, portanto, com dificuldades adicionais para o seu reconhecimento: de um lado, o boicote dos demais nações americanas; de outro a difícil relação com os países europeus (desconfiados da comunicação estreita que o estado imperial continuava mantendo com os países africanos e com o comércio negreiro). Mesmo após o reconhecimento inglês e português, parecia necessária a afirmação de uma imagem que distanciasse a monarquia brasileira da idéia de anarquia -- associada às repúblicas americanas --, do “comércio de almas” e de um sistema escravocrata persistente, sob o qual se estruturavam a sociedade e a economia locais. É por isso mesmo que se percebe um investimento evidente na divulgação de uma representação positiva desse longínquo império. De um lado, afirmava-se a feição européia de nossa monarquia, afeita às idéias de progresso e aos modelos políticos do Velho Mundo. De outro lado, reconhecia-se a imagem “tropical”, que vinculava o local à sua grande flora e às populações indígenas aqui residentes.

É certo que, como mostra Graham, a monarquia era grande e merecia o nome de Império, ao menos em sua vastidão ou então a partir da realidade de seus diversos centros. No entanto, as vogas partiam da corte e ela tinha uma espécie de poder centrífuga em relação às demais províncias. Basta observar o jogo de nobilitação, ou ainda os projetos culturais, que pretendiam unificar o Estado sob a égide de “modelos comuns”, apesar de artificial e estrategicamente elaborados.

Na tentativa de garantir e criar uma nova nação, desvinculada da “pátria”, que era ainda portuguesa, atentou-se não só para a monarquia, como para a conformação de uma ritualística cultural e política. A realeza aparecia, nesse contexto, como o único sistema capaz de garantir a unidade do vasto território, e impedir o fantasma do desmembramento experimentado pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia transforma-se em um símbolo fundamental, frente à fragilidade da nação. Transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder monárquico evocavam elementos de longa duração que associavam o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio. Afirmava José Bonifácio em *Notas íntimas*: “Acusam-me alguns de que plantei a Monarquia. Sim, porque vi que não podia ser de outro modo então; porque observava que os costumes e o caráter do povo eram eminentemente aristocráticos; porque era preciso interessar às antigas famílias e aos homens ricos que detestavam ou temiam os demagogos ... Sem a Monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta não se poderia resistir às cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional.” Aí estaria “uma cópia bastante original”; uma cultura política que se construiu a partir de empréstimos, que incorporou e adaptou ao justapor elementos externos a um

contexto novo. Aí estaria também a chave para a explicação da penetração de uma simbologia imperial⁷. Mas não é o caso de enveredar, ainda, por esse caminho.

POLÍTICA ENTRE PARES.

Também não é o caso de discutir a agenda da emancipação política de 1822, os impasses do Primeiro Reinado, ou a descentralização das Regências. Apesar de reconhecer a importância de cada um desses momentos penso que foi durante o longo Segundo Reinado – que estendeu-se de 1841 a 1889 – que deu-se a construção de um Estado Imperial. Como vimos, se o Imperador centralizou a representação do Estado, também a política era para poucos; ou melhor, um grupo bastante especial tomará para si o encargo de tal atividade.

Além disso, os anos 1850 congregam uma série de elementos que explicam a efetivação desse modelo político Imperial. Nesse contexto será preciso legislar sobre questões fundamentais: o problema da estrutura agrária, o incentivo à imigração e, por fim, a espinhosa questão do tráfico de escravos. Em primeiro lugar, o “comércio infame”, passa a sofrer grande pressão da Inglaterra⁸, que nessa conjuntura diplomática sentia-se lesada diante desse tipo de negócio. Dessa maneira, apesar de compactuar com o tráfico, o Estado imperial tinha na interdição uma condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Por outro lado, a manutenção desse negócio jogava o Brasil dentro do grupo de “nações bárbaras”, imagem essa bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar. O tema não era, no entanto, de fácil assimilação no interior do país, profundamente dependente desse tipo de mão de obra. Entre os anos 1841-50, 83% do total de africanos transportados para a América viriam para o Brasil, 12% para Cuba e o restante dividido entre Porto Rico e Estados Unidos. (Alencastro, 1985: 502). Isso sem pensar nos lucros auferidos ao traficantes, na medida em que a organização ganhava dimensões continentais.

⁷ Foi Arno Mayer quem utilizou essa expressão (1987), quando apontou para a persistência do Antigo Regime na Europa de finais do XIX. Segundo o autor foi só a partir da 1ª Grande Guerra Mundial que se vislumbrou uma nova sociedade.

⁸ A luta contra o tráfico inicia-se em 1807, a partir do momento em que a Inglaterra proíbe o tráfico entre seus súditos e começa uma longa campanha para eliminá-lo em outros países sujeitos à sua influência. O Estado brasileiro já nasce sob essa pressão, visto que vários tratados -- 1810, 1815, 1817 -- tinham sido impostos à Portugal. Em 1826 é assinado tratado por meio do qual o tráfico era considerado pirataria. Até 1830, no entanto, o governo só resistiu às pressões e poucas medidas efetivas podem ser notadas. Entre 1839 e 1842 multiplicam-se as apreensões de navios negreiros, até que em 1850 a pressão externa torna-se insuportável.

Diante de uma questão de tal vulto, não se pode entender as novas leis do Império de forma isolada. Carvalho (1996) e Alencastro (1985) defendem que a lei de terras, a abolição do tráfico e a reforma da Guarda Nacional são medidas vinculadas entre si. A polêmica lei de terras de 1850, apresentada pela primeira vez em 1843, visava organizar o país para o final eventual do trabalho escravo⁹ -- tendo sido votada poucos dias após a interrupção do tráfico --, enquanto que a centralização da Guarda buscava fortalecer a posição do governo perante os proprietários, cuja reação ao final do tráfico e a regulamentação da posse da terra teria sido negativa. Por fim, a publicação do Código Comercial, no mesmo ano, tinha como objeto regular a maré de negócios que se abateu sobre o país com a liberação do capital empregado no negócio negreiro. Com efeito, o final do tráfico, em 1850, levou a outras consequências: liberou capitais excedentes para a utilização na estrutura interna do país. Investiu-se muito na infra-estrutura do país e acima de tudo nos transportes ferroviários.¹⁰ Além disso, com o fim da aplicação no mercado negreiro as importações também elevaram-se em 57,2% no período de dois anos.

A década de 50, seria sobretudo associada à estabilidade financeira e ao momento de paz vigente no país. E com ele a popularidade do monarca e do próprio Estado Imperial cresceriam. Afinal, a extinção do tráfico também coincidiu com a alta do café nos mercados estrangeiros. Deficitário durante o período de 1840-44, o comércio de café torna-se extremamente lucrativo a partir de 1845: as vendas subiram 23% entre 1850 e 1851.¹¹

Além disso, entrava em cena, também, uma política de atração de imigrantes europeus. No entanto, o Brasil tinha poucas condições, nesse contexto, de competir com outros países, sobretudo com os Estados Unidos, que ofereciam maiores facilidades na aquisição de terras, possuíam um sistema de transporte mais difundido e a ausência da escravidão. A política de imigração continuaria mesmo sem grandes sucessos, sobretudo a partir da

⁹ A história da lei de terras e da resistência dos grandes proprietários durou até o final do Império. Em suas primeiras formulações pretendia, em primeiro lugar, expulsar os pequenos agricultores ligados à subsistência e em segundo impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes (Alencastro, 1985:530). Para uma visão mais aprofundada vide Carvalho (1996) e Alencastro (1985).

¹⁰ De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro, as primeiras linhas telegráficas, as primeiras linhas de navegação, a iluminação a gás chegou às cidades, assim como o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começa a crescer.

¹¹ A própria situação financeira era diversa como mostra Afonso Celso (op.cit:207). Para o ano de 1831-32, logo após a abdicação de D. Pedro I, a receita geral do Império foi orçada em 11.171: 520\$000. Em 1840-41, depois da maioridade, subiu a 16.310:571\$000, para em 1862-3 chegar a 48:343:182\$000.

revolta dos parceiros de Vergueiro em 1856, seguida da proibição de emigração pelo governo prussiano em 1859.¹² No entanto, com a entrada do governo no financiamento de imigrantes, não só o Império mudava sua imagem, como “branqueava-se” a partir da introdução de suíços e alemães. Afinal, além do eminente final da escravidão, não havia como esquecer o receio que pairava nos meios científicos com relação a “um país de raças mestiças”¹³, e mesmo o medo do *haitismo*, em um país de maioria escrava.

E mais, nesse contexto pode-se dizer que as lutas políticas internas iniciadas nas Regências, e tão bem descritas por Graham, se esgotam em 1849, quando é sufocada a Praieira, em Pernambuco; rebelião que fechou o ciclo de revoltas do período anterior. Por fim, nesse momento, na política interna, pela primeira vez, o imperador governava ao mesmo tempo com conservadores e liberais. Isto é, desde a morte de D. Pedro I, em 1831, -- que determinara a passagem da maior parte de seus partidários para as fileiras dos monarquistas, chamados a partir de então de conservadores --, dois grandes partidos constituintes revesaram-se no poder.¹⁴ Essa união durou apenas cinco anos, mas revelou não só as fragilidades dos dois partidos, que alternavam-se, como as potencialidades de intervenção de D. Pedro II.¹⁵ Deixemos que Ilmar Mattos se pronuncie acerca das questões que lhe faz Graham. Dentro do meu argumento importa retomar a linha de análise de José Murilo de Carvalho, que mais do que advogar a idéia de uma ação imediata, vê na nossa elite uma formação comum, que leva a atuações um tanto previsíveis

Com efeito, a elite brasileira de até então, poderia ser caracterizada como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (Carvalho, 1996:56). A educação era inclusive uma marca distintiva dessa elite, em meio a um país

¹² A história da imigração só se resolveria quando a partir da década de setenta o governo passou a financiar a imigração e retirou dos fazendeiros a exclusiva iniciativa. Vide, nesse sentido a introdução de Holanda a Davatz (1870/1980).

¹³ Em *Espetáculo das raças* (1993) analisei o impacto das teorias raciais na seleção de grupo prioritário de imigrantes brancos. Para outros dados ainda sugiro a leitura de (Maio e Ventura (org.), 1997).

¹⁴ Os conservadores triunfaram nas eleições de 1836, governando de 1837 a 1840. Nesse ano a oposição liberal -- que tomou a frente pela maioria aliada a alguns conservadores -- torna-se vitoriosa e permanece no poder até 1841. Mais uma vez os conservadores de 1841 a 44; liberais de 1844 a 48; conservadores de 1848 a 1853 e é em 1853 que inaugura-se a “conciliação”, misturando-se representantes dos dois partidos nacionais e marcando uma nova orientação na política imperial.

¹⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, “na ausência de uma classe burguesa poderosa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio de mecanismos do mercado, caberia ao Estado ... tomar a iniciativa de medidas unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico” (1996, p. 210).

aonde, o recenseamento de 1872 mostrava que apenas 16% da população era alfabetizada.¹⁶ Boa parte dessa elite optava pela formação jurídica, em Coimbra até a independência, e depois em duas províncias que contavam com formação em direito: São Paulo e Olinda, depois transferida para Recife¹⁷.

Tendo o poder moderador em suas mãos -- que lhe dava a primazia do veto em várias instâncias --, e contando com uma elite bastante homogênea, apesar de dividida entre dois partidos, D. Pedro II, cada vez mais, reinava, governava e tornava-se uma espécie de “fiel da balança”. Era inclusive comum, em meados do século, ouvir dizer que não havia nada mais parecido com um *Squarema* -- apelidado dos conservadores em função de seus principais líderes serem fazendeiros da região -- do que um *Luzia* (como eram conhecidos os liberais) no poder. Afirmava Afonso Celso: “Liberais e conservadores passam pelo poder sem deixar vestígio que os distinga. Ao observador que os contempla, afiguram-se de uma identificação perfeita. Não se lhe percebe quase o revesamento. É que o *sae para que eu ocupe o seu lugar* é a mola real de todas as lutas, a consubstanciação de todos os programas” (1928, p. 21).

Mas é preciso problematizar essa certeza da absoluta mesmice existente entre os partidos do Segundo Reinado. Como afirma Rohloff de Mattos (1987, p. 103) o provérbio imperial teria chegado até os dias de hoje, e serviria para sublinhar negativamente a falta de programas e a semelhança entre os partidos brasileiros. No entanto, para além das similitudes, existem nuances importantes. Segundo Mattos, a partir da unificação sob o nome *luzias* -- a partir de então conhecidos como partido liberal --, pode-se prever uma política tendente à descentralização provincial (105).¹⁸

Na verdade, a própria história dos partidos brasileiros é recente. Até 1837 não haviam partidos políticos no Brasil. É só a partir das Regências que surgiram os dois partidos que dominaram a cena, durante o Segundo Reinado.

¹⁶ Isso sem falar da população escrava aonde o índice de analfabetismo chegava a 99,9%

¹⁷ Para um aprofundamento sobre a história das instituições superiores de ensino durante o Império vide, entre outros, Schwarcz (1993) e Carvalho (1996).

¹⁸ As perdas políticas sofridas desde 1842 teriam ficado marcadas logo na alcunha do partido *Luzia* que trazia no nome o local de sua derrota. Por outro lado, os liberais seriam conhecidos, ainda, por adotarem as propostas de seus adversários sempre que voltavam ao governo.

O nome *Squarema*, por sua vez, fala do reduto dos chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade. Carregando também um sentido maledicente, já que lembrava “protegido” ou “favorecido”, a expressão mais se parecia com um revide dos *luzias* -- tão estigmatizados por seu apelido -- que arriscavam associar *squarema* à idéia de “sacar”. Mais do que o termo *luzia*, o nome *squarema* enraizou-se durante o Império, sendo associado aos conservadores fluminenses.

Segundo Carvalho (1996, p. 186), o partido conservador teria se formado de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores e propunha a reforma das leis de descentralização. Já os defensores da descentralização passaram a ser chamados de liberais.¹⁹

No entanto, se é preciso repensar os pontos de cisão, em alguns aspectos as proximidades dos partidos eram tantas que permitiam aos contemporâneos ironizar a ausência de plataformas explícitas, a arte da bajulação ao Imperador e a prática “espetacular” da política, no pior dos seus sentidos. Narra Afonso Celso (1928), que os parlamentares eram mestres na *pose* e na adulação à imprensa, que publicava discursos e pronunciamentos e que convertiam o parlamento em palco para o ritual da política²⁰.

Por outro lado, até esse momento, apesar de constar da Constituição, D. Pedro II e os políticos que o cercavam não sabiam exatamente de que modo se exercia o poder moderador. Datam desse momento as primeiras intervenções desse monarca que com o tempo utilizará com frequência esse quarto poder, de sua exclusiva competência. O fato é que nesse contexto, com a reconciliação temporária dos partidos²¹ e o fortalecimento do Império, a

¹⁹ O partido progressista, por sua vez, teria surgido em torno de 1864, como resultado do movimento de Conciliação de 1853. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos e dissolveu-se em 1868, com parte de seus representantes indo formar o novo partido liberal.

²⁰ Com base nas observações de Afonso Arinos de Melo Franco assim se pode descrever o interior do edifício: O plenário era um salão com arcada, suportada por pilares até o teto, com capacidade para 200 ou 300 pessoas. Nos ângulos havia quatro pequenas tribunas especiais e debaixo dela quatro outras, com mesa para taquígrafos, que ficavam em condições de ver e ouvir tudo o que se passava. Os deputados sentavam-se em dois bancos seguidos, semicirculares ... Ao fundo alçado via-se o Trono, encimado pelas armas do Império. Na ausência do Imperador, que pouco comparecia, o Trono se mantinha coberto por suas cortinas pendentes do docel. Na frente e abaixo do trono ficava a Mesa, na qual assentava-se o presidente, ladeado pelos secretários ...” (*A câmara dos deputados - síntese histórica*. Brasília, 1978).

²¹ A partir de 1858, separados de vez, os dois partidos governariam alternadamente e mediante a grande manipulação de D. Pedro II que se aproveitava da oscilação para estar a frente de todos. D. Pedro governou de 1858 a 1862 com os ministérios Visconde de Abaeté (12 de dezembro de 1858); Ferraz (10 de agosto de 1859; Caxias (2 de março de 1861). Durante esse último ministério vários conservadores aliaram-se à oposição liberal e garantiram a ascensão do partido: Zacarias, Olinda, Nabuco, Saraiva e outros. Governaram os liberais de 1862 a 68 com os ministérios Zacharias de Góes de Vasconcello (24 de maio de 1862), marques de Olinda (31 de maio de 1862), Zacharias (15 de janeiro de 1864), Furtado (31 de agosto de 1864), Olinda (12 de maio de 1865), Zacarias (3 de agosto de 1866). Voltaram os conservadores de 1868 a 1878 com os ministérios visconde de Itaboraay (16 de julho de 1868), marques de São Vicente (21 de setembro de 1870), visconde de Rio Branco (7 de março de 1871), duque de Caxias (25 de março de 1875). Os liberais governaram de 1878 a 1885 com os ministérios Sinimbu (5 de janeiro de 1878), Saraiva (28 de março de 1880),

figura de D. Pedro torna-se cada vez mais central. Portanto, não há como entender a centralidade do poder local, sem destacar a relevância e a originalidade do poder moderador e mesmo o caráter frágil dos partidos locais, o que nos afasta, de certa maneira, das idéias de Graham sobre o papel exclusivamente simbólico do monarca.

Falta, ainda, pensar no espaço reservado à conformação de uma política cultural, estratégica para o Império, que parecia interessado em conformar uma história própria, uma nobreza particular e uma literatura original. Nesse esforço de bem costurar uma imagem para dentro e para fora do país, destacam-se as atuações de alguns estabelecimentos locais. Em primeiro lugar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, criado em 1838, congregou a elite carioca e cuidou da, boa, imagem do rei. O IHGB, -- na ausência de uma nação -- daria à monarquia brasileira uma nova história, uma iconografia original e uma literatura épica. Nesse local, enquanto o passado era lembrado de forma enaltecedora, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envoltos em cenários românticos; já a realeza surgia como um governo acima de qualquer instituição, e a escravidão era, literalmente, esquecida. Especializada, também, na confecção de peças comemorativas e espetáculos rituais, coube à essa instituição, em associação com a Academia Imperial de Belas Artes, “inventar um passado”, recuperar o presente e associar uma certa “aparência a uma essência”: um Estado idealizada por meio de seu soberano e de suas instituições quase ausentes.

TRÓPICOS E NACIONALIDADE

Nesse processo a seleção da natureza e de seus naturais, objetos diletos das primeiras descrições da América e do Novo Mundo é evidente. É certo que essa concepção cultural da natureza não se conforma no século XIX. Na verdade, em um processo de longa duração vão se formalizando representações que recebem uma versão mais oficial no período imperial. É dentro dessa perspectiva, portanto, que podemos entender o uso da natureza enquanto emblema, durante o período monárquico, mais particularmente no decorrer do Segundo Reinado. Com efeito, logo após a independência política de 1822, desenha-se uma cultura imperial pautada em dois elementos constituidores da nacionalidade: a realeza como centro de civilização; a

Martinho de Campos (21 de janeiro de 1882), Lafayette (24 de maio de 1883), Paranaguá (3 de julho de 1883), Dantas (6 de junho de 1884), Saraiva (6 de maio de 1885). De 1885 a 1889 presidiram os destinos do governador dois ministérios conservadores: o do barão de Cotegipe (20 de agosto de 1885) e o do conselheiro João Alfredo (10 de março de 1888). A 7 de junho de 1889 voltaram os liberais com o ministério do visconde de Ouro Preto.

natureza territorial com suas gentes e frutas como base natural desse mesmo Estado.

Para tanto importava menos “ver” e mais “imaginar”; manipular documentos, riachos, árvores e indígenas tudo em nome do bom cenário e da paisagem exemplar; de uma representação que deveria ser unívoca. É, portanto, em meados do século XIX que no Brasil aparecem as primeiras tentativas de fundar uma historiografia literária nacional, ou mesmo uma representação oficial. Fundar uma disciplina – uma forma de conhecimento -- implicava, nesse caso, em uma descoberta da origem da própria literatura e da história nacional em suas diferenças e enquanto dotadas de marcas definidoras de nacionalidade. Enquanto Gonçalves Magalhães perguntava, em 1836, sobre “qual a origem da literatura do Brasil”, no seu “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”; Von Martius em 1845 respondia “Como escrever a história do Brasil”, vencendo o concurso promovido pelo IHGB. Por sua vez José de Alencar, 20 anos depois e nas críticas que faz a Magalhães, sugeria que tal fundação ainda não se completara (Sussekind, 1990, p. 16). Na verdade, parecia estar em questão menos uma investigação crítica, mas antes o estabelecimento de uma espécie de marco, perseguido por esses historiadores e literatos. Com efeito, diante das dificuldades de se fixar uma referência pré-portuguesa, esses senhores indicavam a si próprios como agentes privilegiados nessa função, que implicava, no limite, fundar artisticamente a nacionalidade e criar uma história oficial.

Nesse processo era preciso, é claro, romper com a tradição européia e encontrar discursos coesos e coerentes de brasilidade. Afinal, como afirmou Antonio Candido: “como a época era de exigente nacionalismo, descobria-se aos poucos o verdadeiro caminho, isto é, a descrição dos elementos diferenciais, notadamente a natureza e o índio.” (1976, p. 26). “Eternos Adãos”, na feliz expressão de Sussekind (1990, p. 17), caberia a esses senhores nomear, classificar e diferenciar a produção nacional da estrangeira. E nessas gêneses literárias os traços distintivos estariam em eventos e heróis destacados, em sua honradez e brasilidade, e na descrição da natureza tropical, diversa em sua conformação; uniforme em sua alteridade.

Tratava-se, portanto, de procurar uma “nacionalidade essencial”, uma identidade sem nuances e feita de continuidades. Entre deslocamentos reais e paisagens imaginárias compunha-se uma representação nacional, feita de literatura, história/memória e iconografia oficial. É assim que os documentos re-descobertos passam a ser a base da ficção e dos novos épicos de cunho oficial, que, por sua vez, servem de pretexto para as grandes telas dos pintores acadêmicos, que também selecionam a natureza como marca de originalidade. Dessa maneira a arte surge como “mapa unificador, tratado descritivo,

paisagem útil” (Sussekind:1990, p. 22), nesse processo que faz da diferença algo a mais: um ícone de nacionalidade.

Sem negros, o Brasil dessa geração parecia retratado a partir da natureza e de seus naturais: todos convivendo em um passado não conspurcados pela civilização. Descobrir o Brasil significava, assim, insistir em um país natural -- pitorescamente natural --; marco aprazível para falar da jovem nação. Papel fundamental nesse processo desempenhará o IHGB. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 1840, os românticos brasileiros, quando – alguns anos depois -- o jovem monarca D. Pedro II tornar-se-á assíduo freqüentador e incentivador dos trabalhos desse estabelecimento. Composto, em sua maior parte, pela “boa elite” da corte, que encontrava-se sempre aos domingos, o IHGB parecia disposto a cumprir esse papel. “Não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história ...” (Rev. do IHGB, p. 1839).²²

Se desde o início o Estado entrava com 75% das verbas da instituição, a partir de 1840 D. Pedro passará a frequentar as reuniões e o próprio estabelecimento deixará sua antiga sede para se estabelecer no Paço Imperial em 1849. A partir de então, o Instituto histórico funcionará como uma espécie de “porto seguro”, um estabelecimento oficial para as experiências desse jovem monarca, tão interessado em imprimir um “nítido caráter brasileiro” à cultura local. Através do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, D. Pedro II imiscuía-se em um grande projeto que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural.

D. Pedro e sua elite preocupavam-se, dessa maneira, não só com o registro e perpetuação da sua memória, como com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura “genuinamente nacional”. Era assim que se lançavam as bases para uma atuação que daria a d. Pedro a centralidade do processo e a imagem do mecenas, do sábio imperador dos trópicos. Seguindo o exemplo passado de Luiz XIV, formava-se não apenas uma corte, como elegiam-se historiadores para cuidar da memória, pintores para gravar e enaltecer a nacionalidade, literatos para selecionar um tipo local, símbolo da nossa nacionalidade. Modelos não faltavam, mas parecia necessário encontrar originalidade na cópia. O romantismo aparecia, aos poucos, como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à metrópole, mais identificada com a

²² Para uma idéia mais pormenorizada sobre esse estabelecimento sugiro a leitura de meu livro *O espetáculo das raças* (1993), aonde analiso com vagar essa instituição.

tradição clássica. O gênero vinha de encontro, dessa maneira, ao desejo de manifestar na literatura uma originalidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria.

Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam os romances épicos, com chefes e indígenas heróicos, amores silvestres tendo a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de línguas nativas feitos pelos jesuítas, passaram a ser estimados pois as estrofes literárias podiam ser entremeadas por termos indígenas. Por outro lado, a nobreza que, então, se criava levava logo denominações Tupis, como a garantir a existência de um “baronato tropical”. Não é a toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”. Sem dúvida uma clara alusão ao dito de Luiz XIV, que como ninguém simbolizou em sua pessoa o Estado e a nação.

Mas se cabia à historiografia formar um novo panteão de heróis nacionais, foi na área da literatura que esse tipo de projeto ganhou maior visibilidade. Debaixo da proteção direta do monarca tomava força o movimento que pretendia promover a autonomização da literatura brasileira, sob os moldes do romantismo e da convenção do indianismo. A própria revista Guanabara, fundada em 1850 por Pôrto-Alegre, Gonçalves Dias e Manuel de Macedo, entre outros, em seu primeiro número salientava a proteção do Imperador aos literatos. Delineavam-se então, as bases de uma verdadeira política literária. É nesse contexto que Magalhães publica *A confederação dos Tamoios* (1857), que fora diretamente financiada pelo monarca, e, depois de longo preparo, era aguardada como o grande documento de demonstração de validade nacional do tema indígena ²³. Retornando ao modelo de Rousseau do “bom selvagem”, Magalhães construía, sob encomenda, o que deveria ser o maior épico nacional centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e seus gestos de sacrifício. Tentando fundir a “excentricidade romântica com a pesquisa histórica”, esse autor acreditava ser possível superar as especificidades regionais para chegar-se a um mito nacional de fundação (Puntoni, 1996). Apesar do fraco resultado, a importância do livro associou-se a seu vínculo institucional.

²³ José de Alencar, famoso autor romântico, apesar de vinculado indiretamente ao grupo, teceu sérias críticas ao livro de Magalhães, o que em muito desagradou ao Imperador que sob o pseudônimo de “o outro amigo do poeta” escreveu no *Jornal do Comércio* artigo de apoio a Magalhães. Em carta datada de 25 de março de 1880 dizia o imperador ao Conselheiro Saraiva. “... já eu fiz o plano de defeza do poema ... eu não abandono posição de defensor e elogiador ... Talvez seja ocasião de uma pena florida escrever algumas poesias fazendo realçar as belezas da *Confederação* ... não queria que o *Ig* (José de Alencar) se empavonasse mais descobrindo um único adversário ... Quanto a ele, ou se entra no grupo, ou se está fora ...”. (Arq.IHGB)

É assim que a literatura cede espaço ao discurso oficial e o indígena transformado em um modelo nobre toma parte, mesmo que como perdedor, da grande gênese do Império. No épico saem destacados dois grandes elementos da nacionalidade. O Estado Imperial surge representado como um modelo de justiça, enquanto que a natureza americana com seus naturais compõe o restante da cena. Toda a paisagem retorna ao início da colonização, momento em que a escravidão negra não existia e os silvícolas apareciam como emblemas do trabalho e de uma nobreza não tocada pela civilização.

Além de Magalhães (depois Visconde de Araguaia), outros autores como Gonçalves Dias e mesmo José de Alencar mereceriam a atenção do Imperador, a quem parecia não escapar a significação nacional de um movimento como esse. Nesses romances e poemas o índio surgia assim como um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Diante de perdas tão fundamentais -- o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os seus --, vingava a representação de um indígena idealizado, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país. Mas não era “um índio qualquer”. Enquanto os Aimorés e os Timbira representavam a degeneração e as práticas canibais; já os Tupi surgiam como modelos de nacionalidade, existentes no passado. Entre a literatura e a realidade, história e ficção, os limites pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que junto com ela selecionava origens para a nova nação.

Como se vê, por meio desses e de outros autores, o romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, como também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo e ao desejo de independência. Diferente do movimento alemão de finais do século XIX, tão bem descrito por Elias (1983), o nacionalismo brasileiro pintado com as cores locais, partiu sobretudo das elites cariocas que, associadas à monarquia, esforçavam-se em chegar à uma emancipação em termos culturais. Fazendo da literatura um exercício de patriotismo, esse gênero ganhava um lugar oficial nos planos do Estado.

A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, igrejas da antigüidade, ou batalhas heróicas a serem lembradas; possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação tropical. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas tropicais, aparecia representado o monarca e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. Mas o projeto cultural escapava aos poucos dos circuitos restritos da corte local e ganhava a iconografia política. Nas imagens da época, o indianismo não era só um modelo estético, como incorporava-se à própria imagem da realeza. É assim, que em um primeiro momento, e próximos da representação barroca, o monarca aparece circundado de alegorias clássicas e indígenas, quase brancos, idealizados em ambiente tropical. É o Imperador que, com sua

centralidade, representa a nação tropical. Já após a Guerra do Paraguai será a natureza com seus heróis “naturais”, retirados da literatura romântica, que ganharão a cena. Nesse contexto, são os trópicos que se transformam em ícone e marca.

Com efeito, também no interior da Academia Imperial de Belas Artes a vertente romântica, que elegeu o exótico como símbolo local, proliferou e adaptou-se ao projeto de D. Pedro II em outras áreas²⁴. No plano pictórico, a Academia seria a grande responsável por uma transformação bastante radical: aos poucos o barroco é relegado a segundo plano e o neoclassicismo passa a imperar, ao menos de forma oficial.²⁵ Na verdade, uma certa contenção acadêmica e o convencionalismo temático acabaram por afastar o ambiente pictórico local dos debates que, na Europa, opuseram neoclássicos, românticos, realistas e expressionistas. No Brasil, ao contrário, a arte serviu aos desígnios da Corte, mais ligada a um projeto palaciano e pouco atenta à tradição local. Mas foi, também, apenas durante o Segundo Reinado que a Academia viveu uma situação mais estabilizada, sobretudo em função dos auxílios públicos e privados do Império. Empreendendo uma política semelhante à do IHGB, a monarquia passou a distribuir prêmios, medalhas e bolsas para o exterior e financiamentos. Na verdade, diante da inexistência de um mercado de arte, a aquisição das obras ficou vinculada à órbita imperial; dado esse que muito condicionou para o perfil da produção do grupo, mais dedicado à perpetuação da memória da realeza.

Percebe-se, dessa maneira, como o projeto que vincula a nação à natureza e seus naturais, chega à pintura de forma coadunada com o projeto literário nativista e com a própria historiografia. Nessas obras, os indígenas passivos e idealizados, colados à paisagem tropical generosa compõem a cena sem alterá-la fundamentalmente.

Como se vê, apesar de apegados a documentos, dados e pesquisas territoriais, literatos e artistas faziam da realidade um pretexto narrativo e da

²⁴ Na verdade, a origem da Academia data de 1816, momento da vinda para o Brasil da Missão de artistas franceses. Em 1820 a escola é transformada, por decreto, em Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura civil e no final do mesmo ano passa a se chamar Academia de Artes. Em 1827, finalmente, outro decreto mudou o nome do estabelecimento para Academia Imperial de Belas Artes. Dos fundadores restavam apenas Debret e Montigny, assim como Felix E. Taunay e os irmãos Ferrez, que a princípio não faziam parte da Missão francesa.

²⁵ Segundo, Campofiorito (1983, p. 13) era “sintomático que, logo no início desse período, a necessidade de reaparelhamento da nova sede metropolitana já tenha levado o governo do regente Dom João a medidas como a contratação de uma missão de artistas franceses que, fugindo do novo governo que se instalara no país, trazia para a América uma reação católica, monárquica e tropical às doutrinas estéticas e os preconceitos moralistas da recente revolução burguesa”.

natureza um adorno que sem precisar ser observada surgia, sobretudo, como “uma grande idéia”, cenário ideal de uma nação que chegava à maturidade e que se afirmava como Estado sem ser nação.

Trata-se de uma visão encantada de natureza, lida a partir de lentes naturalistas que estetizam o fenômeno e abrem mão de ambientes históricos e de conflitos sociais. É por isso mesmo que esses autores, apesar de tão apegados à sua imaginação muitas vezes cedem espaço ao didatismo que confere ao romance e à pintura credibilidade. Viajantes, cronistas, historiadores, nomes como Gabriel dos Santos, Rocha Pita, Caminha, Manuel da Nóbrega saem dos compêndios e entram nas notas explicativas que acompanham o texto ou que dão base aos quadros. Nada como uma boa seleção que esquece o momento presente para eleger um passado perdido no tempo e aonde, longe da escravidão, bons selvagens comportam-se tal qual nobres das florestas entre nobres da civilização.

Uma nação que é criada, sim, após o Estado; expurgada de “seus males e conflitos”.

“AS REVOLUÇÕES TRAZEM SEMPRE DESPESAS”

Peça chave na arquitetura do Império o romantismo, enquanto gênero literário vinculado a um determinado projeto político da Corte, teve sucesso assim como a ritualística que cercavam o jovem soberano que com seu Estado imaginava uma nação. É assim que o cálculo político se utiliza também da “imaginação” e da representação popular para garantir sua própria legitimidade. Nesse processo, é o Imperador que está em questão: é o fiel da balança, aquele que se impõe diante do jogo político imediato, e surge idealizado diante de seus súditos, como se, em si próprio, simbolizasse a nação.

Se isso tudo é fato, o argumento vem em direção a um enraizamento de um certo ideário que se impunha de fora para dentro: era o Estado que imaginava a nação; ou melhor, “o grupo duro do monarca”, uma certa elite escravocrata que pensava o modelo da nacionalidade e da política como um desempenho de propriedade prévia. Não é para menos que o jogo partidário tenha ficado retido nas mãos de poucos e o exercício do poder exposto como encenação aonde o rei figurava como ícone nacional. Para além disso, tornaram-se ainda mais evidentes as amarras do clientelismo e do personalismo, que deitavam raízes na tradição republicana que se iniciaria em 1889. Foi o historiador Sergio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil* (1936), quem melhor estabeleceu os legados desse sistema, a força desse ideário e as repercussões políticas. “Em terra em que todo mundo é barão, não

há acordo político possível” (1936, p. 87), dizia esse pensador que refletia sobre os problemas do personalismo em nossa “breve” tradição política, marcada pela conformação de poderes localizados. “Daremos ao mundo o homem cordial” afirmava o mesmo autor, destacando que cordialidade não queria dizer bondade ou boas maneiras. Na civilidade, dizia ele, “há qualquer coisa de coercitivo ... é justamente o contrário de polidez.” (1936, p. 107). Cordialidade vinha de “cor” – coração –, ou melhor, de relações pautadas na afetividade e que desconhecem o formalismo. Tal argumentação implicava pensar que no Brasil tudo virava questão da intimidade, ou uma “ética de fundo emotivo”.

Mas podemos tomar a questão de Graham ainda por outro ângulo. Basta lembrar do uso inesperado do termo “imperialismo” que, no Brasil do Segundo Reinado e até mesmo depois da República proclamada, serviu como designativo predileto para qualificar o “poder pessoal” do Imperador do Brasil. O conceito nada tinha a ver com a política expansionista adotada no Prata ou com o modelo inglês de intervenção, que estariam mais de acordo com o uso moderno da palavra. No Brasil, segundo Sergio Buarque de Holanda (1977), se falava em “imperialismo” como sinônimo de poder pessoal do Imperador, já durante a década de 1860-70, sendo que o significado, hoje, mais usual só surgiria na Inglaterra dos anos 1890. O sentido local é, porém, claro e depreciativo, na medida em que designa a abusiva hipertrofia do poder do chefe de Estado.

Além disso, não se pode falar do tema sem pensar no uso do Poder Moderador, espécie de quarto poder privativo do monarca, que lhe garantia não apenas esse mando, como as atribuições de um chefe do Executivo e primeiro representante da nação. Portanto, diferente da fórmula de Thiers, segundo a qual o rei “reina e não governa”, no Brasil venceu o lema de Itaboraí que afirmava que no país o rei “reina, governa e administra”.²⁶

O termo sinalizava, ainda, para a prática vigente. É no ocaso do Império que vão aparecer nitidamente as contradições de um sistema pretensamente parlamentarista, mas onde a decisão última cabia ao chefe de Estado, que em várias oportunidades as tomou de forma ostensiva. Essa era a “vontade imperial” que se consolidava, também, no velho princípio da filiação ou da unção real, que lhe garantia um “duplo corpo”, na expressão de Kantorowicz (1989). Dessa maneira dispõe o soberano de uma espécie de poder sagrado, sobranceiro às razões humanas e que, por si só, justifica suas decisões pessoais. Não é para menos que na Carta Outorgada de 1823 o chefe

²⁶ É importante notar que o termo “imperialismo” não era usado de forma unívoca: tanto podia indicar a hipertrofia do poder imperial como as pessoas ou o partido que desse respaldo à ação do Imperante.

supremo da nação era solenemente declarado imperador “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos”. No dualismo dessa fórmula, inscrita na página inicial da Constituição, estabelecia-se a própria ambigüidade do exercício político do monarca. Nas palavras de Donoso Cortez, lente da Faculdade de Direito do Recife, o “imperador resume o Estado em sua pessoa”; é a “constituição encarnada”.

Foi justamente nas duas décadas anteriores à proclamação da República que as contradições desse sistema ancorado no Imperador vem a tona. Ao mesmo tempo afirmava-se o princípio moderno da soberania popular e da sanção divina; um sistema nominalmente representativo e a carência verdadeira de representação; um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta da democracia; uma carta outorgada de cunho claramente monárquico e uma constituição não escrita que pendia para o parlamentarismo. (Holanda, 1977, p. 69). A novidade está não na coexistência passageira, mas no fato de terem coabitado e equilibrado-se por quase três quartos de século. (Holanda, 1977)

Na própria carta constitucional ficam evidentes as controvérsias. Segundo o artigo 102, por exemplo, o imperador “é o chefe do poder executivo e o exerce através dos seus ministros de Estado”. Já o artigo 99 declara que “a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada, não se sujeitando a responsabilidade nenhuma”. Em suma, tendo o poder Moderador em uma das mãos e sua “sagrada decisão” em outra, pode-se dizer que a vontade do povo ficava reduzida, em última instância à vontade do Imperador. Era essa entidade sobranceira que se impunha ao povo e aos partidos, como dizia Couty: “*Uma personalidade resume essa nação ... tudo depende de uma vontade só e todos ficam à espera dela*”. Ai estaria sintetizada a singularidade do modelo imperial brasileiro; uma espécie de autoridade tutelar, uma representação liberal que comportava o trabalho servil, restringia o exercício da política e era destituída de qualquer base democrática. Longe da representação dos apologistas que vincularam à imagem do mecenas cultural à noção de uma “democracia coroadada”, vemos um modelo político que se afirmava sob a égide do personalismo e no lugar do Estado e da própria nação.

Para terminar, é possível dizer que parti de Graham para tomar ainda outro partido, ou então aguçar argumentos já arriscados pelo consagrado historiador norte americano. Se tivermos razão, podemos arriscar mais e dizer que os legados da tradição imperial estariam bastante preservados, na visão intimistas de fazer política, na maneira “cordial” de entender a cidadania e de desconsiderar das instituições representativas, na forma como se conforma uma certa cultura nacional/oficial, ou na maneira insistente de solapar o universo das leis. Talvez seja por isso que no Brasil a imagem do governante esteja, ainda, tão associada à figura do pai, como pretende Graham para o

Brasil imperial: d. Pedro II o pai de todos; Getúlio Vargas o pai dos pobres. Nessa complexa relação entre esferas públicas e privadas o mais difícil é estabelecer, mesmo, uma delimitação precisa. Face ao desconhecimento sistemático do modelo oficial, dessa má consciência que se instaura diante do Estado e das instituições representativas, ocorre uma releitura do privado, desfocado dessa maneira. “Política se faz em casa” e talvez tenha razão Holanda quando alertava para o perigo da adoção de modelos externos e afirmava que “*no Brasil liberalismo sempre foi um mal entendido*” (1936:123).

Nada como terminar com uma boa passagem. Em *Esau e Jacó* (1908) Machado de Assis interrompe a narrativa central – que gira em torno da trajetória de dois irmãos gêmeos, Paulo e Pedro – para falar da sorte de Custódio para quem os regimes políticos “só atrapalham”. Custódio tinha um estabelecimento na Rua do Constituição e bem no dia da Revolução de 1889, mandara pintar uma nova tabuleta para a sua tradicional confeitaria. “Só algumas das letras ficaram pintadas, - a palavra *Confeitaria* e a letra *d*. A letra *o* e a palavra *Império* estavam só debuxadas a giz ... Recomendou pressa. Queria inaugurar a tabuleta no Domingo. Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia: “Pare no D”. Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido ... Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes”. (1904/1988:138). No entanto, para desespero de Custódio, o trabalho foi terminado. Frente à necessidade de uma nova placa, Custódio procurou o Conselheiro Ayres que sugeriu que o nome passasse para *Confeitaria da República*. Temeram, no entanto, que em poucos meses poderia haver nova reviravolta e mais uma vez o título do local teria que ser alterado. O Conselheiro indicou, então, o nome de “Confeitaria do Governo”, que se prestava a qualquer regime. Mas depois concluíram que qualquer governo tem oposição, e que essa bem poderia quebrar a tabuleta. Ayres arriscou ainda que Custódio deixasse o título original -- *Confeitaria do Império* -- e só acrescentasse “*fundada em 1860*”, a fim de redimir quaisquer dúvidas. Mas o proprietário achou que o timbre o ligaria a tudo que “é antigo”, o que naquela época de modernidade não soava muito bem. Decidiram por fim, pelo próprio nome do dono: “*Confeitaria do Custódio*”. E assim terminava a conversação: “Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, *Custódio* em vez de *Império*, mas as revoluções trazem sempre despesas” (142).

Sem muitos comentários -- porque nesse caso são dispensáveis. Já nos primeiros anos de país independente, no Brasil se afirmou a primazia do

Estado monárquico, enquanto símbolo da centralização, em detrimento de outras formas de participação. O modelo Imperial de participação política implicou, portanto, numa concepção estreita de cidadania e frouxa das instituições representativas, cujo legado se faz presente na atual tradição republicana brasileira. Por certo a periferia tinha seu papel, mas a meu ver, gravitava encantada diante do teatro da corte e de seu símbolo maior: d. Pedro II que na estreita lógica política era quase o pai de todos.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Veja*. São Paulo, Abril, agosto de 1999.
- ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *O romantismo*. São Paulo, 1990. (mimeo)
- _____. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1959.
- _____. Letras e idéias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. t. I.
- CARVALHO, José Murilo de. Os esplendores da imortalidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de dezembro de 1999. Caderno Mais.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte*. Lisboa: Presença Editorial, 1983.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil monárquico 4 e 5 – O Império e a República*. In: _____. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977.
- KANTOROWICZ, Ernest. *Les deux corps du roi*. Paris: Gallimard, 1989.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A confederação dos Tamoyos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864.
- MATTOS, Cláudia Valladão; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PUNTONI, Pedro. Gonçalves Magalhães e a historiografia do Império. In: *Novos Estudos Cebrap, número 45*. São Paulo: [s.e.], 1996.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica do século XIX. O contexto brasileiro. In: _____. *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.